

CONTINUIDADE HISTÓRICA DO LUSO-BRASILEIRISMO

Luiz Felipe de Alencastro

Promovendo a partir do Quatrocentos a expansão européia nos outros continentes, Portugal conservou até duas décadas atrás domínio e posse sobre vastos territórios e populações da África. Cinco séculos e meio de história ultramarina aparecem portanto marcados pela longa continuidade e brusca derrocada da experiência africana, cujas reverberações ainda atravessam a sociedade contemporânea portuguesa. Desde logo, o primeiro passo para compreender o impacto cultural português na América do Sul consiste em deixar de lado os resquícios da "síndrome angolana" e periodizar os séculos e as práticas ultramarinas catalogados sob o conceito polissêmico de "colonialismo". Para tanto, três questões conexas devem ser tomadas em conta.

Em primeiro lugar é preciso lembrar que os enclaves do Império português do Oriente encasulam-se em determinados limites demográficos e geográficos, ao passo que as protonações do Império do Ocidente — Angola, Moçambique e sobretudo o Brasil — conhecem um movimento irregular mas constante de expansão territorial e de povoamento. Em seguida, cabe distinguir o antigo regime colonial (séculos XVI-XVIII), de caráter pluricontinental, evangelizador e mercantil, da colonização empreendida na África Central e Oriental nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX no âmbito do capitalismo industrial e da emigração organizada metropolitana. Há um nítido corte político, econômico, cultural entre estes dois momentos da expansão lusitana e européia. Dentro de sua relativa diversidade, Brasil e África manuelinos, filipinos, bragantinos e pombalinos formam um agregado sócio-econômico específico que discrepa da Angola e do Moçambique do período salazarista. Enfim, o terceiro fator a ser considerado refere-se ao escopo histórico do luso-brasileirismo, tanto no plano social — no surgimento de uma estratégica camada de mestiços — como no plano político — na emergência precoce de um sentimento nativista entre portugueses "brasilianizados" e seus descendentes. Decerto, são conhecidos os processos de mestiçagem e de aculturação de reinóis nas possessões portuguesas da África

Uma versão desse texto formará um dos capítulos do catálogo da exposição "A Construção do Atlântico Sul", realizada em Lisboa no primeiro semestre de 1992 pela "Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses".

e da Ásia. Porém, somente o luso-brasileirismo adquiriu foros de permanência que o situam como o fenômeno cultural mais específico e durável engendrado pelos Descobrimentos. Após o choque da descolonização de 1974, o exôdo dos brancos e a subsequente reafricanização de Angola e Moçambique, a teoria luso-tropicalista elaborada por Gilberto Freyre perdeu seu factício embasamento transcontinental e se reinseriu no contexto social sul-americano (Freyre, 1940, *passim*). No fundo, o luso-tropicalismo se resume ao luso-brasileirismo.

Na verdade, o tempo histórico do luso-tropicalismo foi o do século dos Descobrimentos. Até meados do Quinhentos a influência cultural portuguesa no Brasil se espalhou através de dois eixos distintos. O primeiro engloba os fluxos diretos de homens e mercadorias entabulados entre a metrópole e os portos sul-americanos. O segundo eixo, propriamente luso-tropical, articula áreas cada vez mais extensas do território brasileiro ao sistema de produção colonial irradiado a partir das ilhas portuguesas no Atlântico. Dessa forma, se destaca a importância dos enclaves euro-africanos nas Canárias, em Cabo Verde, Madeira, Açores e São Tomé na adaptação prévia aos Trópicos e ao escravismo de técnicas portuguesas e luso-africanas posteriormente introduzidas em larga escala na América portuguesa. Plantas (cana-de-açúcar, banana), métodos de cultivo, criação de "gado grosso" (bovino e equino) e "gado miúdo" (suíno, caprino, ovino) aclimatado, diferentes tipos de moendas açucareiras, práticas religiosas, sociais e alimentares, homens forros e escravos especializados na organização colonial do trabalho, operações de tráfico negreiro, puderam ser extensivamente desenvolvidos no Brasil seiscentista porque haviam sido experimentados nas ilhas atlânticas durante as décadas precedentes. Contudo, a partir do século XVII a influência portuguesa no Brasil passa a ser refratada pela sociedade colonial que se estruturava ao redor dos engenhos de açúcar.

Assim, ganha maior sentido histórico a oposição precoce entre, de um lado, os migrantes temporários e agentes comerciais metropolitanos provisoriamente fixados no Brasil e, de outro lado — cada vez mais imbricados ao ecossistema tropical —, os colonos proprietários de engenhos de açúcar e fazendas, ou produtores mestiços que exploram a floresta, os indígenas e, mais tarde — a contrapelo do intercâmbio com Portugal e do chamado "Pacto Colonial" —, o comércio brasileiro com a África. O antagonismo entre estes dois grupos foi registrado no livro de frei Vicente do Salvador, franciscano nascido na Bahia de pai e mãe portugueses, o qual conclui em 1627 sua *História do Brasil*, a mais geral até então redigida e a primeira a ser escrita por autor nascido na América. Nesse livro — já marcado pela ótica luso-brasileirista — constam não só a excelência dos produtos da terra, recurso temático também encontrado em escritores portugueses da Ásia ou da Guiné, mas ainda asserções sobre a possível autonomia econômica da colônia americana e — mais significativamente — a crítica aos migrantes temporários, muitos dos quais degredados, que usavam a exploração das terras brasileiras como um trampolim para a ascensão econômica e social em Portugal: "Veio ali [no Rio Grande do Norte] ter um homem degredado pelo bispo de Leiria, o qual, ou

zombando ou pelo entender assim, pôs na sentença: 'Vá degredado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado'. E assim foi que o homem se casou com uma mulher que também veio do reino ali ter, não por dote algum que lhe dessem com ela, senão por não haver ali outra, de tal maneira souberam granjear a vida que nos três anos adquiriram dois ou três mil cruzados com que foram para sua terra em companhia do capitão-mor [...] cumprindo-se em tudo a sentença do bispo que tornaria do Brasil rico e honrado" (Salvador, 1982, p. 274).

Frei Vicente do Salvador assinala ainda o antagonismo entre os mercadores que "vinham destruir a terra, levando dela em três ou quatro anos que cá estavam quanto podiam", e os "moradores" permanentes que "eram os que a [a terra] conservavam e acrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado à custa do seu sangue" (Salvador, 1982, p. 251). Algumas décadas depois, por volta de 1694, um outro luso-brasileiro da Bahia, o poeta Gregório de Matos, vitupera:

(...)
Que os brasileiros são bestas,
e estarão a trabalhar
toda a vida por manter
maganos de Portugal
(Matos, 1986, p. 170)

Na vizinha capitania de Pernambuco, como mostrou Evaldo Cabral de Mello, o movimento nativista pernambucano, gestado durante a guerra anti-holandesa da Restauração, funda-se no argumento de que os moradores pernambucanos haviam vencido os invasores holandeses "à sua custa", isto é, sem a ajuda real ou metropolitana (Cabral de Mello, 1975, *passim*). De seu lado, Pedro Taques, genealogista e historiador paulista, ao redigir por volta de 1770 a gesta dos bandeirantes, insiste no fato de que a expansão do povoamento sul-americano português para além dos limites do Tratado de Tordesilhas foi obra exclusiva dos paulistas que tudo fizeram "à sua custa" (Taques, 1980, *passim*).

Convém lembrar que a oposição entre luso-brasileiros e portugueses era aguçada pelo fluxo constante de comerciantes que chegavam da metrópole e exerciam atividades oligopólicas nos portos e nas vilas do interior. No relatório sobre o seu governo, redigido em 1779, o marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, informava à corte que os portugueses desembarcados no Rio de Janeiro eram "na maior parte estas gentes do Minho, de pouca ou nenhuma sinceridade, de muita viveza [...] logo que aqui [no Brasil] chegam não cuidam em nenhuma outra coisa que em se fazerem senhores do comércio que aqui há, não admitindo filho nenhum da terra a caixeiros, por onde possam algum dia ser negociantes" (Lavradio, 1843, *passim*). Em boa medida, as origens da lusofobia pós-colonial brasileira devem ser procuradas no seio das lutas sociais metropolitanas, na

marginalização da burguesia mercantil e do trabalho manual que marcaram as sociedades ibéricas do Ancien Régime.

Paralelamente à cristalização do sentimento político que fundamenta o nativismo, evolui a vertente social do luso-brasileirismo: o processo de mestiçagem.

O tráfico negreiro e a mestiçagem

Toda a particularidade do processo de mestiçagem ocorrido no Brasil concentra-se na política de favorecimento dos mulatos no período colonial e nacional. Decerto, a integração dos ameríndios na sociedade colonial também foi objeto de atenções e de esforços ingentes das autoridades civis e religiosas, e em particular dos missionários jesuítas. Entretanto a própria Igreja, na sua liturgia, acabou por reconhecer o mulato como elemento-chave da história da mestiçagem no Brasil. Na América Latina o culto marial é geralmente representado por santas padroeiras mestiças com traços ameríndios: a Virgem de Guadalupe no México, Nossa Senhora de Guálupo no Equador, Nossa Senhora de Copacabana no Peru e na Bolívia, a Virgem de Luján na Argentina, Nossa Senhora de Caacupe no Paraguai; mas no Brasil, a padroeira nacional, Nossa Senhora Aparecida, possui evidentes traços negros. Medianeira entre o céu e a terra, entre Deus e os homens, a Santa Padroeira também aparece como a intermediária entre duas civilizações (Bastide, 1960, *passim*).

Na verdade, o processo de mestiçagem brasileiro foi profundamente condicionado pela dinâmica negreira que impulsionava a economia e a sociedade da América portuguesa. Os efeitos demográficos e culturais da migração forçada de africanos eram nítidos no Brasil desde a virada do Quinhentos. Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618), Ambrósio Fernandes Brandão afirma que os costumes e a natureza dos africanos eram parte constitutiva da discussão sobre as coisas da América portuguesa, "Porquanto neste Brasil se há criado um novo Guiné com a grande multidão de escravos vindos dele [...] pelo que, havendo no Brasil tanta gente desta cor preta e cabelo retorcido, não nos desviamos de nossa prática em tratar dela" (Brandão, 1943, p. 99).

Submetido à potência colonial que controlava a maior parte do comércio atlântico de africanos, o Brasil foi o maior importador de escravos durante os três séculos e meio de tráfico negreiro para o Novo Mundo. Cerca de 10 milhões de africanos foram desembarcados nas Américas, desde as primeiras décadas do Quinhentos até meados do Oitocentos. Deste total o Brasil recebe 38%, a América espanhola 17%, as Antilhas francesas (incluindo a Louisiana) 17%, as Antilhas britânicas 17%, as Antilhas holandesas e dinamarquesas 6%, os Estados Unidos 6%. A cada novo ciclo econômico brasileiro, o aumento das importações de africanos no Brasil é mais acelerado do que na *totalidade* das outras regiões escravistas americanas. Tal foi o caso entre 1575 e 1650, auge do ciclo açucareiro, entre 1701 e 1720, quando as minas de ouro entram em ação, e enfim entre 1780 e 1810, ciclo do renascimento agrícola marcado pela cultura do cacau, do arroz,

do algodão e sobretudo do café. Daí em diante, e até 1850, quatro quintos dos africanos trazidos para o Novo Mundo desembarcam nas praias brasileiras.

Por um lado, a extensão e a intensidade do tráfico negreiro ampliaram as concessões de alforria no Brasil. De fato, para se desembaraçar de escravos turbulentos, velhos ou inválidos, os proprietários os alforriavam. Noutras ocasiões os proprietários alugavam a terceiros seus escravos mais hábeis e, neste caso, autorizavam o cativo a conservar uma parte da renda paga pelo locatário de seus serviços. De posse do pecúlio assim constituído ao longo dos anos, o escravo podia eventualmente comprar de seu senhor a sua própria liberdade.

Esses mecanismos do mercado de escravos brasileiro deram consistência aos argumentos que apresentavam os portugueses e os luso-brasileiros como os mais generosos senhores de escravos do Novo Mundo. Entre outros autores menos ilustres do que ele, Hegel escrevia em 1820 na sua obra *A Razão na História*: "Os portugueses eram mais humanos que os holandeses, que os espanhóis e que os ingleses: na costa brasileira era *em consequência* mais fácil tornar-se livre, e houve, nessa região, um maior número de negros livres" (Hegel, 1978, p. 234, nosso grifo). Percebe-se que Hegel invertia o sentido da causalidade: na realidade, era mais fácil tornar-se livre no Brasil porque o tráfico de africanos era ali mais volumoso e mais contínuo do que nas outras regiões escravistas americanas.

No outro extremo da sociedade colonial luso-brasileira, a migração forçada de africanos deu origem ao grande número de quilombos (do quimbundo *kilombo*, "povoação"; mas a palavra também era usada pelos Jága-Imbangala de Angola para designar os redutos dos guerreiros) e mocambos (do quimbundo *mu'kambu*, "cumeeira") — povoados de escravos fugidos — encontrados pelo Brasil afora. Na medida em que o fluxo de africanos para a América portuguesa era bastante regular e consistente, as "perdas", as fugas de cativos em direção aos bosques e aos quilombos também tomavam proporções consideráveis. Charles Tillon, comandante dos Franc-Tireurs-Partisans durante a ocupação nazista na França, observava que os "maquis" da Resistência, à medida que se expandiam, tornavam-se mais vulneráveis às represálias dos alemães. Da mesma forma, a viabilidade dos quilombos era inversamente proporcional à sua exemplaridade. Quando um quilombo crescia a ponto de se transformar em pólo de atração e em estímulo para a rebeldia dos escravos das vizinhanças, os senhores rurais e as autoridades tratavam de destruí-lo. Em algumas regiões surgiu o mito de um monstro preto, um "homem-bicho" chamado de "canhambora", deformação do termo "quilombola" ou "calhambola", que designava os habitantes dos quilombos (Brookshaw, 1983, p. 14).

Essa situação engendrou uma prática repressiva que criminalizava as concentrações autônomas de negros no território brasileiro. Assim, a Ordem Régia de 2/4/1699 isentava de qualquer punição legal os moradores que matassem algum quilombola. Os "capitães de mato", geralmente mestiços, especializados na perseguição e captura dos escravos fugidos, tiveram em 1724 sua profissão oficializada e regulamentada. O Alvará de 3/3/1741 determinava que os negros capturados num quilombo fossem marcados no ombro com um ferro quente, tendo a forma da letra "F", quando fossem feitos prisioneiros pela pri-

meira vez, e que tivessem uma orelha cortada caso reincidissem na fuga. Três dias depois a Provisão Régia de 6/3/1741 especificava que um reduto de cinco escravos foragidos constituía, nos termos da lei, um quilombo. Tais medidas repressivas se multiplicaram durante a primeira metade do século XVIII, justamente na altura em que a demanda de escravos, simultaneamente nas minas de ouro do interior e nas fazendas do litoral, estimulava o crescimento da oferta negra e disseminava o uso de africanos na colônia.

Tendo em vista que a suspeita de ser escravo fugido pesava sobre qualquer negro ou mulato incapaz de fornecer provas de que era realmente livre ou liberto, toda atividade econômica independente, todo agrupamento voluntário de homens de cor nas zonas rurais e nos arredores das vilas se apresentava como um modo de vida altamente arriscado. Implícito durante o período colonial, o ato de considerar os homens de cor como suspeitos de serem escravos foragidos acabou sendo incorporado à legislação policial brasileira após 1822. Nessas circunstâncias, negros e mulatos, tanto os nascidos livres como os alforriados, preferiam viver na vizinhança, dependência e proteção de seus antigos senhores, a fim de evitar as chantagens dos capitães de mato e o perigo de uma reescravidão arbitrária. Integrados por baixo da sociedade colonial luso-brasileira, os negros e mulatos tornavam-se permeáveis à aculturação e mais inclinados à mestiçagem.

As particularidades do contexto social em que evoluíam as relações entre os portugueses e os negros no Brasil colonial tomam maior relevo quando são comparadas às relações raciais em Angola. Decerto, em Angola a mortalidade dos europeus era maior do que no Brasil e houve muito menos mulheres brancas que lá se fixaram (Boxer, 1963, capítulo I). Entretanto, é importante alinhar também as penetrantes observações de Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, um dos grandes administradores ultramarinos da época pombalina. Governador de Angola no período 1764-72, Souza Coutinho escrevia à corte sobre os percalços do povoamento colonial em Angola. Segundo ele, o grande problema da região era

A falta de multiplicação das gentes, pois ainda tendo [os colonos] filhos das negras com que viviam [...] logo que morriam os pais, [os filhos] se entranhavam pelos sertões seguindo as mães, de que nasce que sendo mais ou menos povoados aqueles [...] países [angolanos] por europeus e brasileiros, jamais houve outros habitantes que não fossem os que entravam, nem o Estado tirou algum proveito dos que nasciam, quando era certo que se vivessem em sociedade os mesmos mulatos, casando uns com os outros, teriam [...] formado imensas povoações (Felner, 1940, I, p. 160).

Diferentemente do que ocorria no Brasil, a sociedade luso-angolana moldava interstícios etnogênicos africanos que absorviam os mulatos. Submetidos a um estatuto discriminatório nos enclaves coloniais, eles optavam por

REFERÊNCIAS

- Alencastro, Luiz Felipe de. "Geopolítica da Mestiçagem", *Novos Estudos Cebrap*, no. 11, pp. 49-63.
- Bastide, Roger. *Les Religions africaines au Brésil*, Paris, Presses Universitaires de France, 1960.
- C.R. Boxer. *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire*, Londres, Oxford University Press, 1963.
- Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil* [1618], edição e notas de Rodolfo Garcia e Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943.
- Brookshaw, David. *Raça e Cor na Literatura Brasileira*, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1983.
- Cabral de Mello, Evaldo. *Olinda Restaurada — guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- Cadornega, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas* [1680], anotado e corrigido por José Matias Delgado, 3 tomos, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1972.
- Fano, Franz. *Peau Noire, Masques Blancs*, Paris, Seuil, 1952.
- Felner, A. de Albuquerque. *Angola — Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola*, 3 volumes, Lisboa, 1940, onde se encontra publicada a "Carta de Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado", Luanda 24/11/1768, Doc. n° 3.
- Freyre, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, 1940.
- Genovese, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll*, A. Deutsch, Londres, 1974.
- Goulart, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil*, 3a. edição, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.
- Hegel. *La Raison dans l'Histoire*, 1822-1828, Paris, 1978.

viver na sociedade tradicional, "pelos sertões seguindo as mães", onde eram africanizados. Desde logo, a mestiçagem não formava bases demográficas e culturais aptas a sedimentar o povoamento colonial. No último quartel do século XVII, o historiador luso-angolano António de Oliveira Cadornega citava um poema anônimo que circulava em Luanda e Massangano, no qual era descrita a africanização progressiva dos mestiços em Angola:

Aqui onde o filho é fusco
e quase negro o neto,
e todo negro o bisneto,
e tudo escuro
(Cadornega, 1972, III, p. 384)

Tal forma de mestiçagem pode ser caracterizada como *hipogâmica*: desclassificado, o mulato é incorporado na comunidade dominada, ou marginalizado pelas duas comunidades. A partir daí, a mestiçagem tem apenas um peso residual na sociedade colonial. Com o fito de reverter essa situação, Souza Coutinho procurou criar bases para um amplo movimento de mestiçagem em Angola solicitando, em vão, que a metrópole decretasse a alforria de todos os escravos mulatos daquela colônia.

Atrofiada em Angola, a miscigenação se desenvolve na outra margem do oceano e se apresenta como um dos fenômenos centrais da influência portuguesa no Brasil. Nos dois lados do Atlântico sul sucede a mestiçagem biológica entre os portugueses e os negros, mas a estratificação de uma camada intermediária de mulatos só acontece no Brasil. Neste último caso ocorre uma mestiçagem *hipergâmica*, em que a união com um homem da comunidade dominante valoriza a mulher da comunidade dominada: reclassificado, o mulato torna-se distinto dos brancos e dos negros. A interiorização, pela comunidade dominada, dos valores culturais da comunidade dominante, dá lugar à elaboração de uma hierarquia social fundada na cor da pele, na forma do rosto, na textura dos cabelos (Fanon, 1952, *passim*).

Entretanto, para que a hipergamia encadeie uma dinâmica permanente de mestiçagem é preciso ainda que a comunidade dominante não estabeleça barreiras insuperáveis à ascensão social dos mulatos. Foi o que sucedeu no Brasil, onde se estabeleceram práticas facilitando a promoção destes mestiços. Por que razão?

Com a extensão do escravismo em todo o território da América portuguesa, aumentava a insegurança dos proprietários e restringia-se a oferta de trabalhadores qualificados. Esses embaraços levaram os senhores a conceder melhor tratamento aos mestiços em geral e aos mulatos em particular. Na sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, o jesuíta Antonil registrou em 1711 o dito popular: "o Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e mulatas" (Antonil, 1982, p. 90). Milhares de escravos — geralmente mulatos ou negros aculturados — foram alforriados no Brasil colonial

Lavrado, marquês do. "Relatório do Marquês do Lavrado" [1779], *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo IV, 1843.

Matos, Gregório. *Escritos de Gregório de Matos*, seleção e notas de Higino Barros, Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.

Raeders, George. *O Inimigo Cordial do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Salvador, frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627 [1627]*, apresentação de Aureliano Leite, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

Schwartz, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society, Bahia 1550-1835* [1985], tradução brasileira, *Segredos Internos — engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

Taques de Almeida Paes Leme, Pedro. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* [1770], São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 3 volumes, 1980.

e, após 1822, dotados do direito de voto (mas não do direito de serem eleitos), bem antes do final da escravidão em 1888. Paralelamente, um "fait divers" ocorrido na corte durante o Segundo Reinado mostra como a classe dominante se preocupava em caracterizar a escravidão como uma instituição própria de negros. Tal foi a notícia que apareceu no *Jornal do Commercio* de 24/8/1858 sob o título "Escravo Branco":

Apresentou-se ontem na Praça do Comércio um homem branco, de olhos azuis e cabelos louros, de 25 a 26 anos, que jaz no cativeiro e pedia uma subscrição para comprar a sua liberdade. As pessoas presentes mal podiam acreditar que esse homem fosse escravo, mas tendo que ceder à evidência dos fatos, todos se mostraram prontos a concorrer para a sua alforria.

O jornal explica que a mãe do escravo era quase branca e ele próprio devia ser filho de algum branco. Logo, os generosos passantes da Praça do Comércio arrecadaram os 1600 mil réis necessários à sua alforria.

Em contraste, nas colônias inglesas da América do Norte e depois nos Estados Unidos, as alforrias foram limitadas e os mulatos continuaram a ser tão discriminados quanto os negros. Ali, o fluxo constante de imigrantes europeus, o isolamento da escravidão no sul do país fizeram com que os proprietários americanos não se ressentissem da necessidade de dividir a população negra através do favorecimento e da promoção de uma camada intermediária de mulatos livres (Genovese, 1974, *passim*)

Curiosamente, uma das maiores extravagâncias sobre o processo de mestiçagem luso-brasileiro foi formulada pelo principal teórico francês da corrente denominada de "racismo científico", o conde de Gobineau, autor do *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (1853), obra que influenciou Hitler e os racistas de todo o mundo. Num ensaio sobre o Brasil, onde exerceu funções diplomáticas entre 1869 e 1870, Gobineau afirmou que os mulatos eram irremediavelmente estéreis e previu o desaparecimento completo dos brasileiros, "até o último homem, no final de um período de 270 anos". Tudo isso por causa da "degenerescência brasileira, como resultado do prosseguimento indefinido das misturas completas de mestiços". No final deste período, ou talvez mesmo "em menos de 200 anos, na verdade, veremos o fim da posteridade dos companheiros de Cabral e dos imigrantes que o sucederam" (Raeders, 1988, p. 241). Não se conhece nenhum texto colonial português ou luso-brasileiro que tenha endossado o disparate elaborado pelo prestigiado pensador francês.

Luiz Felipe de Alencastro é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista "Continências à Deriva" (Nº 31).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 32, março 1992
pp. 77-84

RESUMO

Depois da descolonização da África portuguesa, o luso-tropicalismo perdeu seu factício embasamento transcontinental e se reinseriu no contexto social brasileiro. Desde logo o luso-brasileirismo deve ser repensado à luz dos impasses da experiência portuguesa em Angola.